Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Reforma tributária avança na Câmara . . . 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Senadores querem mexer em Fundeb e gasto extra em 2024 . . . 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Relator sofre pressões para incluir na reforma a desoneração da folha . . . 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA NEGÓCIOS
ECONOMIA
Dívida pública do País sobe e vai a 73,2% do PIB . . . 8

BRASIL 247 - NOTICIAS
ANFIP
Haddad critica lobby por desoneração de impostos . . . 9

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Auditores em mobilização hoje . . . 10

FOLHA ONLINE - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Lira avisa aliados do governo que pauta de Lula ficará travada até mudança de articulação . . . 11

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Governo libera R$ 1,7 bi em emendas . . . 12

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA
Câmara aprova MP da reestruturação em meio a crise e pressão . . . 13

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Pressionado, presidente prefere liberar verbas a trocar ministros . . . 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Cesta básica vai aumentar 111% com nova alíquota, diz setor supermercadista . . . 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA
A fábula da reforma tributária (Artigo) . . . 19

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA
Reforma tributária e futurologia (Artigo) . . . 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Até 98% das cidades vão com reforma tributária, ganhar diz estudo . . . 21

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo pode ter "extra" de R$ 54,2 bi em 2024 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Haddad leva a Lula opções de incentivo a automóveis 25

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Câmara dos EUA aprova pacto que suspende teto da dívida 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Bolsa sobe 3,74% em maio; dólar avança 1,7% no mês, para R$ 5,07 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA NEGÓCIOS
ECONOMIA
Desemprego cai a 8,5% em abril e País tem 9,1 mi sem trabalho, diz IBGE 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA NEGÓCIOS
ECONOMIA
Inflação parece ter atingido o pico, diz especialista 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
"Waiver" na regra fiscal abre R$54biem despesas 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Cenário favorável começa a frear inflação no atacado 32

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Dívida pública volta a subir, sob efeito de juros mais altos 35

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Fiasco do limite da dívida não acabou (Artigo) 37

Reforma tributária avança na Câmara

Taísa Medeiros/CB/D.A Press

Relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) defende IVA único e alíquotas mais baixas para setores como educação e saúde

Taísa Medeiros/CB/D.A Press

Frente Parlamentar quer debate imediato sobre folha de pagamento

Taísa Medeiros, Raphael Felice

O presidente do Grupo de Trabalho (GT) que debate a **reforma tributária** desde março, Reginaldo Lopes (PT-MG) afirmou que a votação do texto, na Câmara, ocorrerá ainda em junho. As diretrizes que trazem indicações sobre o que foi debatido em audiências públicas e reuniões do grupo serão divulgadas na próxima terçafeira, 6 de junho, quando termina o prazo dado presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

"Já tem um texto, tem diretriz.

(Antes do plenário) nós vamos democraticamente conversar com todas as bancadas. Então, eu acredito que, até o fim do mês, vamos fazer a votação", frisou o parlamentar. Pelo trâmite, o GT não apresenta o substitutivo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trará a proposta da reforma. O Grupo apenas divulga as conclusões dos debates. Feito isso, o relator apresenta o seu relatório.

Uma das indefinições que permanecem, mesmo após as audiências públicas, é em relação à dualidade ou não do Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Reginaldo Lopes vem afirmando que há maior convergência pelo modelo dual - que prevê a substituição de cinco **tributos** por dois **impostos**, um federal e outro de estados e municípios.

A fala diverge do que é defendido pelo relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). "Tecnicamente, para o cidadão, é melhor o (IVA) único, pois você tem um imposto, uma legislação só.

É mais simples para todo mundo, que é o que a gente desejaria.

Mas, se não tiver voto para aprovar o imposto único, aprova o dual", afirmou Ribeiro.

Sobre a tramitação, o relator da reforma afirmou que chegará a um texto considerado como "ideal", mas admitiu que pressões políticas podem resultar em alterações na versão final.

"Nossa missão é ouvir e discutir, coletar sugestões que a gente possa, de fato, apresentar soluções ao que eu chamo de texto ideal. A política a partir desse texto ideal vai discutir e definir os termos para os votos que precisamos, 308 na Câmara e 49 no Senado", disse o relator.

Sem cavalo de pau

Ribeiro confirmou que setores como saúde, educação, agricultura, transporte púbico e construção civil poderão ser beneficiados por uma alíquota mais baixa do IVA. E destacou que a reforma não dará "cavalo de pau", com mudanças do dia para a noite.

Segundo ele, a PEC vai propor um período de transição, que será usado para reduzir problemas da passagem do sistema tributário atual, com PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI para o IVA, previsto no novo marco tributário.

Uma das vantagens destacadas pelo relator da mudança do sistema atual para o IVA é que as empresas vão obter maior geração de crédito. Ele acredita que com essa alteração, os litígios tributários

serão reduzidos.

"Nossa base de tributação é distorcida, não tem similaridade com os demais países de tamanha carga no consumo. A gente tributa muito o consumo no Brasil, por isso o sistema é regressivo", disse.

Uma carga tributária é regressiva quando não considera a capacidade econômica das da população e acaba incidindo com mais força em classes sociais mais baixas. Já em países desenvolvidos, a maior parcela da arrecadação por **impostos** incide sobre o patrimônio e a renda. No Brasil, acontece o oposto.

Aguinaldo Ribeiro confirmou, ainda, que a proposta prevê que o IVA seja cobrado no destino, ou seja, incidirá no estado em que as mercadorias e os serviços serão consumidos.

Dessa forma, seria eliminada a guerra fiscal - a disputa entre estados e municípios por investimentos, mediante concessão de incentivos fiscais. Em contrapartida, está prevista a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional para apoiar investimentos em áreas carentes.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
Reforma tributária avança na Câmara e pode ser votada neste mês

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/06/01/all.pdf

Senadores querem mexer em Fundeb e gasto extra em 2024

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e Fernando Haddad Gabriela Biló - 23.mai.23/Folhapress

Idiana Tomazelli

A inclusão de despesas do FCDF (Fundo Constitucional do Distrito Federal) e da educação básica sob o novo arcabouço fiscal aprovado na Câmara dos Deputados entrou na mira dos senadores, que se articulam para mexer nesses pontos do texto.

A necessidade imposta pela nova regra de cortar quase R$ 40 bilhões em despesas discricionárias no envio do Orçamento de 2024 também acendeu o alerta entre os parlamentares, que demonstram preocupação com a repercussão disso sobre os gastos para o ano que vem.

Os pontos de impasse seriam discutidos por lideranças do Senado em reunião com o ministro Fernando Haddad (Fazenda) nesta quinta-feira (i°), mas o encontro foi cancelado a pedido do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), devido à votação da MP (medida provisória) que trata da estrutura administrativa do governo -o prazo de análise do texto se encerra nesta quinta (i°).

A equipe econômica almeja uma tramitação célere desse que é um dos principais pilares da política fiscal, mas há também o reconhecimento de que há pontos de dúvida entre os senadores. Ainda não há uma nova data para o encontro entre Haddad e os líderes.

O relator da proposta, senador Ornar Aziz (PSD-AM), disse à Folha que há três pontos principais alvos de demandas de parlamentares: o artigo 15, que trata dos gastos extras em 2024, o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e o FCDF.

Nos bastidores, senadores afirmam que qualquer eventual alteração no texto deve ser combinada com a Câmara, que terá de apreciar novamente a proposta após as mudanças no Senado. Como os deputados têm a palavra final sobre o projeto, o mais prudente seria promover um acerto entre as duas Casas.

A complementação da União para o Fundeb hoje fica fora do teto de gastos, regra fiscal atual que limita o crescimento das despesas à variação da **inflação**. A equipe de Haddad manteve esse desenho na pro - posta original, mas o relator na Câmara, deputado Cláudio Cajado (PP- BA), incluiu as despesas sob o novo arcabouço.

O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, já disse que a medida torna a regra "mais apertada" a médio e longo prazo, uma vez que esses repasses crescem de forma mais acelerada que os demais gastos. Aziz disse que a bancada ligada à educação solicitou conversas para discutir o dispositivo.

Há ainda o impasse do FCDF, fundo abastecido pela União com recursos de **tributos** pagos por toda a população. O dinheiro financia gastos do DF com segurança pública e outras políticas, sob a justificativa de que o governo distrital deve zelar pelo espaço ocupado pela administração federal.

Os repasses ao FCDF também ficam fora do atual teto de gastos, mas foram incluídos no arcabouço pelo relator na Câmara. O texto ainda desvincula o fundo das receitas e prevê que os valores seguirão a regra de correção do limite geral de despesas -com ganhos reais entre 0,6% e 2,5%.

A bancada de parlamentares do DF tem exercido grande pressão para excluir essa mudança do texto.

O terceiro alvo de polêmica é o artigo 15, que trata do espaço extra para gastos em 2024. Pela regra geral, o crescimento do limite de gastos do ano seguinte deve equivaler a 70% da variação da receita em 12 meses acumulados até junho do ano anterior, já descontada a **inflação** do período.

O percentual resultante desse cálculo deve respeitar o intervalo de 0,6% a 2,5%. Na prática, esses são o piso e o teto de avanço das despesas, independentemente do quadro econômico do país. Hoje, a estimativa de economistas é que o percentual para a elaboração do Orçamento de 2024 fique ao redor de 1,5%.

O artigo 15 autoriza o governo a abrir créditos adicionais ao longo do ano que vem até o limite de alta de 2,5%, caso a arrecadação de 2024 suba de forma mais expressiva em relação a 2023. No entanto, como mostrou a Folha, a redação confusa do dispositivo acabou deixando brechas para interpretações que podem facilitar o alcance desse espaço.

"O artigo 15, as pessoas não estão entendendo bem, a redação dele é confusa", disse Aziz.

Por outro lado, um ponto preocupa os parlamentares. O texto aprovado na Câmara deixou a regra mais apertada na saída, pois o Orçamento de 2024 terá de ser elaborado com os dados de **inflação** e crescimento da receita até junho de 2023 -menos favoráveis do que os indicadores que serão asados nos ajustes permitidos no ano que vem.

A ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) reconheceu que isso pode trazer desafios. "Hoje, do jeito que o projeto está, teria que cortar nas despesas discricionárias em tomo de R$ 32 bilhões a R$ 40 bilhões [em relação ao previsto na LDO] por causa da alteração que o relator fez", disse na terça (30).

O alerta da ministra repercutiu entre parlamentares, já que pode significar uma margem menor para o Congresso alocar recursos na votação do Orçamento. Mesmo que o governo possa abrir os novos créditos ao longo de 2024, isso seria feito sem tanto controle por parte do Legislativo.

Para ter uma ideia do quanto está em jogo, a consultoria de Orçamento da Câmara simulou os cenários. Pela regra geral do arcabouço, o limite de despesas teria um crescimento de R$ 112,54 bilhões em 2024-espaço que precisará ser usado para acomodar despesas como a nova política do salário mínimo e a retomada dos pisos de saúde e educação vinculados à receita.

O artigo 15 pode permitir ganho de mais R$ 16,73 bilhões, graças à variação maior do limite real de despesas. Há ainda o dispositivo que permite incorporar, de forma permanente, o efeito da aceleração da **inflação** até o fim deste ano-espaço extra de R$ 37,55 bilhões.

Confusão tributária muitas vezes é proposital e ação de lobby, diz Haddad

O ministro da Fazenda disse que leis tributárias confusas são muitas vezes feitas de propósito para beneficiar iobbys específicos que atuam no Congresso.

"A confusão [tributária] muitas vezes é proposital. Lei é aprovada de forma confusa propositalmente por conta de um lobby que ato contínuo vai atuar no Judiciário para dizer que a tese correta é a dele" avaliou Fernando Haddad (PT) em discurso na mesa de abertura do 7o Congresso do Contencioso Tributário.

Site:
https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50294&anchor=6478163&maxTouch=0&_ga=2.115151104.623791784.1685329739-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8

Relator sofre pressões para incluir na reforma a desoneração da folha

MARIANA CARNEIRO

Às vésperas do anúncio das diretrizes que vão guiar o texto da **reforma tributária**, previsto para a próxima semana, o relator Aguinaldo Ribeiro (Progressistas-PB) tem sido pressionado por empresários a incluir a desoneração da folha de pagamentos (redução dos encargos cobrados sobre os salários dos funcionários) e, ainda, manter a isenção de **impostos** sobre os itens da cesta básica.

Ribeiro participou ontem de encontro em Brasília com empresários e parlamentares de frentes no Congresso que defendem a agenda de comércio, serviços e agronegócio - setores mais resistentes à reforma.

Na próxima terça-feira, ele recebe as diretrizes para a reforma do grupo de trabalho que discutiu o tema na Câmara. Ele prevê apresentar até o fim de junho o seu relatório. Apesar do prazo curto, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), expressou o desejo de fazer a votação antes do recesso, em 15 de julho.

A União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (Unecs) elencou 14 sugestões, entre elas a de garantir que empresas do Simples possam aproveitar o sistema de créditos a ser gerado pela implantação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) no lugar de **tributos** como ICMS, ISS, PIS e Cofins.

Ribeiro adiantou que a sua ideia é dar a possibilidade de empresários que hoje participam do Simples mudarem de regime tributário para o IVA, caso lhes conviesse, e assim se beneficiar de créditos gerados ao longo da cadeia produtiva. Isso poderia atender pequenas empresas que integram cadeias longas, que poderiam descontar do produto que vendem **impostos** já pagos por seus fornecedores.

O governo quer empurrar a discussão sobre a desoneração para uma terceira fase da reforma, após a revisão da tributação sobre a renda, prevista para o segundo semestre.

"Pautar junto, acho que o governo não topa. Falam em R$ 400 bilhões de desoneração e, com o arcabouço (fiscal), não tem como amarrar isso", disse Ribeiro. "Pautar junto também não dá nem tempo. Nós vamos apresentar o texto agora, negociar, votar e mandar para o Senado."

Pressa

Ribeiro prevê apresentar o relatório até o fim de junho, para que seja votado antes do recesso

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Dívida pública do País sobe e vai a 73,2% do PIB

A dívida pública brasileira teve leve oscilação para cima em abril. Dados divulgados pelo Banco Central |(BC) ontem mostram que a Dívida Bruta do Governo-Geral alcançou R$ 7,456 trilhões no mês passado, o que representa 73,2% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

No fim de março, a dívida bruta era de 73% do **PIB** . O pico da série da dívida bruta foi alcançado em outubro de 2020 (87,6%), em virtude das medidas fiscais adotadas no início da pandemia de covid-19. No melhor momento, em dezembro de 2013, a dívida bruta chegou a 51,5% do **PIB**.

A Dívida Bruta do Governo- Geral - que abrange União, os governos estaduais e municipais, excluindo o BC e as estatais - é uma das referências para avaliação para agências globais de classificação de risco.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Haddad critica lobby por desoneração de impostos

Agência Brasil - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta quarta-feira (31) que a **legislação tributária** no Brasil é uma colcha de retalhos , o que torna o sistema de **impostos** do país um dos piores, senão o pior do mundo . Ele também criticou o lobby em torno da aprovação de leis tributárias.

Muitas vezes, uma lei é aprovada de forma confusa propositalmente por conta de um lobby que ato contínuo vai atuar no Judiciário para dizer que a tese correta é a dele , avaliou, em discurso na mesa de abertura do 7º Congresso do Contencioso Tributário, que ocorre nesta semana, em Brasília.

O evento é organizado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), órgão formado por advogados públicos que atua justamente em ações do governo relativas à arrecadação de **tributos** e dívidas devidas à União.

Vocês sabem que a arrecadação federal teve muitas derrotas, não só no Congresso Nacional, com desonerações absolutamente caóticas, mas também nos tribunais. A PGFN é artífice da recuperação da base fiscal do Estado , afirmou o ministro aos procuradores.

Dados calculados pela **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco) apontam que, até o final do ano, o governo federal deve deixar de arrecadar R$ 440,5 bilhões por conta da concessão dos chamados privilégios tributários . O montante soma de todos os benefícios e incentivos tributários concedidos pela União a parcelas específicas de contribuintes e consta em estudo publicado pela entidade nesta terça-feira (30).

No evento da PGFN, o advogado-geral da União, Jorge Messias, que é procurador da Fazenda Nacional de carreira, leu um discurso em defesa da **reforma tributária** , cuja discussão deve ganhar velocidade no Congresso Nacional, ao longo dos próximos meses. Acreditamos que as propostas apresentadas caminham para uma tributação progressiva e fundamentam-se nas premissas de base ampla, poucas alíquotas e tributação no destino , destacou.

A **reforma tributária** está em discussão a partir de um grupo de trabalho criado no Congresso Nacional com base em duas propostas que já tramitam na Câmara dos Deputados (PEC 45/19) e no Senado Federal (PEC 110/19). O relator do grupo é o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O governo federal está atuando em torno desses projetos em andamento e intensificar a articulação parlamentar para aprová-los.

O eixo central da proposta é uma reforma que unifique os **tributos** em um só , o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), que substituiria cinco **impostos** federais, estaduais e municipais. Além disso, também se discute a ideia de um IVA Dual, que resultaria em um tributo federal e um de competência estadual e municipal.

Em evento recente com industriais paulistas, Fernando Haddad afirmou que a introdução de um Imposto de Valor Agregado único resolveria boa parte dos vícios do atual sistema que, segundo ele, é o grande vilão pelas baixas taxas de crescimento da nossa produtividade .

Notícias Relacionadas:

A PROVÍNCIA DO PARÁ - BELÉM - PA
Haddad critica lobby por desoneração de **impostos**
REGIÃO NOROESTE - FERNANDÓPOLIS - SP
Haddad critica lobby por desoneração de **impostos**
PORTAL DIDO - NATAL - RN
Haddad critica lobby por desoneração de **impostos**
BAHIA ECONÔMICA
HADDAD CRITICA LOBBY POR DESONERAÇÃO DE **IMPOSTOS**
DIÁRIO DE PETRÓPOLIS ONLINE- RJ
Haddad critica lobby por desoneração de **impostos**
XODÓ NEWS - ARACAJU - SE
Haddad critica lobby por desoneração de **impostos**
ENCIRCUITO - MANAUS - AM
Haddad critica lobby por desoneração de **impostos**
JORNAL EXTRA DE ALAGOAS - ONLINE - AL
Haddad critica lobby por desoneração de **impostos**
PORTAL JE
Haddad critica lobby por desoneração de **impostos**
JORNAL FLORIPA - SC
Haddad critica lobby por desoneração de **impostos**
BLOG FELIPE VIEIRA - PORTO ALEGRE - RS
Haddad critica lobby por desoneração de **impostos**

Site: https://www.brasil247.com/economia/haddad-critica-lobby-por-desoneracao-de-impostos

Auditores em mobilização hoje

Uma operação dos Auditores Fiscais da **Receita Federal** deve impactar a estrutura da administração tributária e **aduaneira**, que responde por mais de 60% dos **tributos** arrecadados no Brasil e pelo total do controle aduaneiro nas importações e exportações.

Em Porto Alegre o ato será realizado às 15h de hoje no Aeroporto Salgado Filho.

A ação que ocorre nos maiores portos e aeroportos do país pede a regulamentação da Lei número 13.464, promulgada em 2017 e pendente há 6 anos, segundo a categoria. A legislação trata da remuneração de servidores.

Segundo entidades que representam os auditores, durante a operação a fiscalização **aduaneira** é intensificada. A iniciativa, portanto, pode resultar em atrasos e serviços mais lentos.

Site:
https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo

Lira avisa aliados do governo que pauta de Lula ficará travada até mudança de articulação

Julia Chaib

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), avisou a interlocutores do Palácio do Planalto que não irá pautar projetos de interesse do presidente Lula (PT) até que os deputados avaliem que o governo ajustou a articulação política e a relação com a Casa.

A mensagem foi passada, segundo aliados de Lira, ao líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), responsável pela interlocução entre o Palácio do Planalto e os deputados.

Com isso, Lira e líderes do centrão adotam uma postura para continuar pressionando o Palácio do Planalto a buscar soluções céleres para atender a pedidos da Câmara, como a liberação de emendas, nomeações em cargos e também por mais espaço no governo, podendo inclusive configurar uma **reforma ministerial** .

A decisão de Lira faz parte do acordo costurado com líderes partidários para evitar a derrubada da MP (medida provisória) da Esplanada , que seria a maior derrota de Lula no governo.

Projetos prioritários do governo, como a proposta com regras para a proclamação de resultados de julgamentos do **Carf** (**Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**), que julga disputas bilionárias entre empresas e a União sobre pagamento de **impostos**, devem ficar paralisados na Câmara.

A MP (medida provisória) que recria o Minha Casa, Minha Vida também está na lista de espera.

Aliados de Lira dizem que pretendem usar essa trava em projetos do governo como forma de pressionar também o Senado a votar texto já aprovados na Câmara e que encontram resistência de senadores, como a derrubada de decretos com mudanças de regras no Marco do Saneamento .

Apesar da trava a pautas de interesse do governo, Lira afirmou a parlamentares próximos que a **reforma tributária** não terá o calendário afetado.

A ideia do presidente da Câmara e do governo é votar a proposta na Câmara ainda neste semestre.

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (31) a MP que reestrutura o governo e evitou a maior derrota do presidente Lula (PT) no Parlamento até o momento.

Por 337 votos a 125 contra (e uma abstenção), o plenário aprovou o texto que amplia para 37 o número de ministérios. A medida ainda precisa ser aprovada pelo Senado nesta quinta-feira (1º) para não perder validade.

Após a votação, Lira declarou na madrugada desta quinta-feira (1º) que apesar da aprovação da medida provisória que reestrutura a Esplanada dos Ministérios, o governo está longe de comemorar ter uma base, e terá de andar com as próprias pernas.

"A Câmara, os líderes de partidos independentes, que não estão na base, reconheceram a necessidade de dar mais uma oportunidade para o governo, portanto, nós estamos longe ainda de estarmos comemorando uma base, como alguns tentam passar", disse.

"Daqui para frente o governo vai ter que andar com as suas pernas. Não haverá mais nenhum tipo de sacrifício", afirmou o presidente da Câmara.

Site: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/06/lira-avisa-aliados-do-governo-que-pauta-de-lula-ficara-travada-ate-mudanca-de-articulacao.shtml

Governo libera R$ 1,7 bi em emendas

Brasília - O governo Lula liberou mais de R$ 1,7 bilhão em emendas para os parlamentares ontem. A liberação ocorreu no limite do prazo da medida provisória, que durante aprovação do relatório na Câmara esvaziou as pastas de Marina Silva (Meio Ambiente) e de Sônia Guajajara (Povos Indígenas), em uma das mais amargas derrotas do governo no Congresso. A liberação é recorde no terceiro mandato de Lula, mas pode não ser suficiente para frear o descontentamento dos parlamentares com a articulação política do governo, encabeçada por Alexandre Padilha e pela coordenação da Casa Civil, comandada pelo ministro Rui Costa.

Ontem, em conversa com jornalistas após participar de uma reunião reservada da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência no Senado, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, disse que "a liberação de recursos para emendas e nomeações não é função da Casa Civil". A maior parte das emendas liberadas está vinculada a ações do Ministério da Saúde e devem se direcionar a prefeituras em que parlamentares apresentaram emendas ao orçamento.

As alterações feitas pelo relator foram criticadas por governistas, que já adiantaram que poderão ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra as mudanças. Em audiência na Câmara dos Deputados, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, defendeu a manutenção do texto original da MP. Para a ministra, se o Congresso retomar a estrutura do governo passado, será uma sinalização ruim para o mundo e serão fechadas as janelas de oportunidades para a transição para um país da sustentabilidade, inclusive podendo prejudicar acordo comercial entre Mercosul e União Europeia.

A MP enviada pelo governo ao Congresso ampliou o número de ministérios de 23 para 37. Foram criadas as seguintes pastas: Cultura; Relações institucionais; Igualdade Racial; Gestão e Inovação em Serviços Públicos; Transportes; Povos Indígenas; **Previdência Social**; Portos e Aeroportos; Planejamento; Pesca e Aquicultura; Mulheres; Direitos Humanos e Cidadania; Cidades; Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Esporte; Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Secretaria de Comunicação Social.

Se a medida provisória não for votada e aprovada também pelo Senado até a meia-noite de hoje, os ministérios e estruturas criados pelo texto deixam de existir. Assim, passaria a valer o formato do governo anterior, com 23 pastas. Na prática, provocaria problema gerencial, com remoção e realocação servidores. Além disso, o Congresso Nacional precisaria votar um decreto legislativo para disciplinar os efeitos da MP enquanto esteve em vigor. Ou seja, definir o que valia ou não nos atos praticados pelos órgãos extintos. Mas isso raramente é feito.

Conselheiros jurídicos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avaliam que o governo pode recriar a estrutura proposta na medida provisória, se ela expirar hoje. O entendimento desses conselheiros é de que a Constituição estabelece a organização formal da gestão como uma competência do Executivo. Por isso, ministérios, secretarias e o que está sob seus guarda-chuvas poderiam ser criados por mecanismos infralegais. Nada será feito, no entanto, sem a sinalização de Lula. Como a crise tem fortes contornos políticos, será necessário avaliar o que valeria o desgaste de enfrentar uma decisão do Congresso Nacional.

O governo não poderia reenviar uma nova MP ao Congresso com o mesmo conteúdo neste ano. O teor poderia ser reeditado apenas na forma de um projeto de lei, que não tem validade imediata e precisa ser aprovado na Câmara e no Senado antes de entrar em vigor.

O que há é uma insatisfação generalizada dos deputados, e talvez dos senadores, que ainda não se posicionaram, com a falta de articulação política do governo, não de um ou outro ministro"

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados

Câmara aprova MP da reestruturação em meio a crise e pressão

CLAUDIO REIS/AG ENQUADRARIAG. O GLOBO

Lira decidiu com líderes partidários votar a MP após dois adiamentos, muitas reclamações e longa negociação

Raphael Di Cunto, Caetano Tonet, Marcelo Ribeiro, Renan Truffi, Fabio Murakawa e Edna Simão

Após seguidos adiamentos por insatisfação da base aliada, a Câmara dos Deputados aprovou ontem por 337 votos a 125 o texto-base da medida provisória (MP) da reestruturação dos ministérios com o esvaziamento das pastas do Meio Ambiente, Povos Indígenas e Desenvolvimento Agrário em relação ao desenho original do governo Lula (PT). A votação ocorreu depois de uma crise que aumentou a pressão do Congresso sobre o Palácio do Planalto, com líderes partidários e deputados pedindo a resolução de problemas na articulação política e até uma **reforma ministerial**.

A aprovação foi tratada por líderes do Centrão como o "último gesto" de confiança no Executivo. Agora, os deputados cobram mudança na relação política para continuarem a apoiar as propostas do PT. O Senado analisará hoje a MP para que não perca a validade.

O dia começou com telefonema do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para entender os motivos da insatisfação, seguiu com pedido de desculpas dos responsáveis pela articulação do governo e terminou com acordo entre os partidos governistas e independentes no fim da noite.

Partidos como União, PP e Republicanos afirmaram, contudo, que está será um "último gesto" de confiança no governo e que esperam que Lula dê mais atenção à articulação política. Atento a isso, o governo vem acelerando a liberação das emendas parlamentares. Os empenhos (promessa de pagamento) somam R$ 4,5 bilhões desdejaneiro e só anteontem foram R$ 1,7 bilhão.

A MP reestrutura as funções dos ministérios e cria 14 novas pastas em relação ao que existia no governo Bolsonaro (PL), como Cultura, Indústria, Mulheres, Planejamento, Direitos Humanos e Portos. Isso ocorreu sem a criação de novos cargos ou gastos para afastar as críticas aos governos anteriores do PT sobre o inchaço da máquina pública.

O relatório, do deputado Isnal-do Bulhões (MDB-AL), atendeu a pedidos da bancada ruralista e dos partidos de centro-direita para esvaziar os ministérios do Meio Ambiente (que perdeu o controle do Cadastro Ambiental Rural e da Agência Nacional de Águas), do Desenvolvimento Agrário (com o plano-safra voltando para a Agricultura) e dos Povos Indígenas (que não terá mais o poder de decidir sobre a demarcação de novas terras).

O governo chegou a ensaiar uma tentativa de retomar a versão original, mas cedeu diante do risco de derrota. Ainda conseguiu convencer Psol/Rede a não proporem emendas no plenário, sob o risco de que partidos do Centrão também fizessem e desfigurassem mais a nova estrutura planejada pelo governo petista.

As discussões entre os partidos que levaram aos vários adiamentos, contudo, não foram sobre a estrutura dos ministérios ou função de cada pasta. A reclamação geral e pública foi de que o governo "tratou mal" os deputados, não nomeou seus indicados políticos para cargos no Executivo e está demorando a pagar as emendas parlamentares.

Esse argumento, contudo, acabou pesando contra os próprios deputados, e alguns partidos decidiram votar a favor para não ficar com a pecha de fisiológicos. "Demos margem para o governo poder jogar na Câmara a culpa por sua ineficiência e problemas na economia dopaís caso a gestão parasse", disse o líder de um partido independente.

O líder do União Brasil, deputado Elmar Nascimento (BA), afirmou que sua bancada estava dividida, mas que decidiu votar a favor por causa do acordo entre os líderes. Para ele, a Câmara já deu diversos recados de insatisfação com "a forma contraditória e desgovernada" de lidar com a base aliada, mas a derrubada dos ministérios seria exagerada.

"Não tem qualquer lógica política de fazer, seria uma resposta totalmente fora do padrão", disse. No fim, apenas PL e Novo votaram contra o projeto.

Os relatos de insatisfação foram levados a Lula direto por Lira na ligação pela manhã. Ele afirmou que o petista está desempenhando muito bem o papel de chefe de Estado, mas que incomodou aos deputados por dar mais atenção aos líderes da América Latina do que aos problemas internos do país. Relatou ainda que a Casa Civil travou nomeações e acordos feitos. "O Lula disse que não sabia disso. Bom, agora sabe e será cobrado diretamente", afirmou um deputado.

Havia expectativa de que Lira e Lula se encontrassem pessoalmente ontem, antes da votação, mas isso não ocorreu. Ao chegar à Câmara, já no começo da noite, Lira disse que a reunião era "fake" e que Lula ficou de se reunir com Guimarães e com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, à tarde. Deputados disseram que Lula preferiu encontrá-lo em outro momento para que não ficasse com cara de que de decidiu "com a faca no pescoço" ou que houve fisiologis-mo na votação.

Do outro lado da rua, no Palácio do Planalto, contudo, as críticas foram vistas como uma operação de Lira junto com Guimarães para derrubar o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e colocar o líder do governo em seu lugar. Isso porque, ao chegar à Câmara, o deputado do PP chamou Guimarães de "herói".

Palacianos também veem nos gestos e cobranças de Lira um desejo por indicar ministros, como o da Saúde, o que ele reluta. Deputados governistas que são seus aliados dizem que isso não foi tratado, mas que as pressões dele por "ajustes" podem ser interpretadas como a senha para trocar ministros do União por outros que representem melhor a bancada e levar PP e Republicanos para dentro do governo, mesmo que informalmente. Neste caso, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, seria a favorita para perder o cargo por falta de respaldo político e por controlar um orçamento bilionário.Após seguidos adiamentos por insatisfação da base aliada, a Câmara dos Deputados aprovou ontem por 337 votos a 125 o texto-base da medida provisória (MP) da reestruturação dos ministérios com o esvaziamento das pastas do Meio Ambiente, Povos Indígenas e Desenvolvimento Agrário em relação ao desenho original do governo Lula (PT). A votação ocorreu depois de uma crise que aumentou a pressão do Congresso sobre o Palácio do Planalto, com líderes partidários e deputados pedindo a resolução de problemas na articulação política e até uma **reforma ministerial**.

A aprovação foi tratada por líderes do Centrão como o "último gesto" de confiança no Executivo. Agora, os deputados cobram mudança na relação política para continuarem a apoiar as propostas do PT. O Senado analisará hoje a MP para que não perca a validade.

O dia começou com telefonema do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para entender os motivos da insatisfação, seguiu com pedido de desculpas dos responsáveis pela articulação do governo e terminou com acordo entre os partidos governistas e independentes no fim da noite.

Partidos como União, PP e Republicanos afirmaram, contudo, que está será um "último gesto" de confiança no governo e que esperam que Lula dê mais atenção à articulação política. Atento a isso, o governo vem acelerando a liberação das emendas parlamentares. Os empenhos (promessa de pagamento) somam R$ 4,5 bilhões desdejaneiro e só anteontem foram R$ 1,7 bilhão.

A MP reestrutura as funções dos ministérios e cria 14 novas pastas em relação ao que existia no governo Bolsonaro (PL), como Cultura, Indústria, Mulheres, Planejamento, Direitos Humanos e Portos. Isso ocorreu sem a criação de novos cargos ou gastos para afastar as críticas aos governos anteriores do PT sobre o inchaço da máquina pública.

O relatório, do deputado Isnal-do Bulhões (MDB-AL), atendeu a pedidos da bancada ruralista e dos partidos de centro-direita para esvaziar os ministérios do Meio Ambiente (que perdeu o controle do Cadastro Ambiental Rural e da Agência Nacional de Águas), do Desenvolvimento Agrário (com o plano-safra voltando para a Agricultura) e dos Povos Indígenas (que não terá mais o poder de decidir sobre a demarcação de novas terras).

O governo chegou a ensaiar uma tentativa de retomar a versão original, mas cedeu diante do risco de derrota. Ainda conseguiu convencer Psol/Rede a não proporem emendas no plenário, sob o risco de que partidos do Centrão também fizessem e desfigurassem mais a nova estrutura planejada pelo governo petista.

As discussões entre os partidos que levaram aos

vários adiamentos, contudo, não foram sobre a estrutura dos ministérios ou função de cada pasta. A reclamação geral e pública foi de que o governo "tratou mal" os deputados, não nomeou seus indicados políticos para cargos no Executivo e está demorando a pagar as emendas parlamentares.

Esse argumento, contudo, acabou pesando contra os próprios deputados, e alguns partidos decidiram votar a favor para não ficar com a pecha de fisiológicos. "Demos margem para o governo poder jogar na Câmara a culpa por sua ineficiência e problemas na economia dopaís caso a gestão parasse", disse o líder de um partido independente.

O líder do União Brasil, deputado Elmar Nascimento (BA), afirmou que sua bancada estava dividida, mas que decidiu votar a favor por causa do acordo entre os líderes. Para ele, a Câmara já deu diversos recados de insatisfação com "a forma contraditória e desgovernada" de lidar com a base aliada, mas a derrubada dos ministérios seria exagerada.

"Não tem qualquer lógica política de fazer, seria uma resposta totalmente fora do padrão", disse. No fim, apenas PL e Novo votaram contra o projeto.

Os relatos de insatisfação foram levados a Lula direto por Lira na ligação pela manhã. Ele afirmou que o petista está desempenhando muito bem o papel de chefe de Estado, mas que incomodou aos deputados por dar mais atenção aos líderes da América Latina do que aos problemas internos do país. Relatou ainda que a Casa Civil travou nomeações e acordos feitos. "O Lula disse que não sabia disso. Bom, agora sabe e será cobrado diretamente", afirmou um deputado.

Havia expectativa de que Lira e Lula se encontrassem pessoalmente ontem, antes da votação, mas isso não ocorreu. Ao chegar à Câmara, já no começo da noite, Lira disse que a reunião era "fake" e que Lula ficou de se reunir com Guimarães e com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, à tarde. Deputados disseram que Lula preferiu encontrá-lo em outro momento para que não ficasse com cara de que de decidiu "com a faca no pescoço" ou que houve fisiologis-mo na votação.

Do outro lado da rua, no Palácio do Planalto, contudo, as críticas foram vistas como uma operação de Lira junto com Guimarães para derrubar o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e colocar o líder do governo em seu lugar. Isso porque, ao chegar à Câmara, o deputado do PP chamou Guimarães de "herói".

Palacianos também veem nos gestos e cobranças de Lira um desejo por indicar ministros, como o da Saúde, o que ele reluta. Deputados governistas que são seus aliados dizem que isso não foi tratado, mas que as pressões dele por "ajustes" podem ser interpretadas como a senha para trocar ministros do União por outros que representem melhor a bancada e levar PP e Republicanos para dentro do governo, mesmo que informalmente. Neste caso, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, seria a favorita para perder o cargo por falta de respaldo político e por controlar um orçamento bilionário.

Site: https://valor.globo.com/impresso/20230531/

Pressionado, presidente prefere liberar verbas a trocar ministros

WILTON JUNIOR/ ESTADÃO

Lira e Isnaldo Bulhões, relator da MP, durante votação na Câmara

I EDUARDO GAYER, CÉLIA FROUFE, THAÍS BARCELLOS E CAIO SPECHOTO

A votação da medida provisória da reorganização do governo não encerra a temporada difícil da relação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o Poder Legislativo. No pior cenário, apontado por deputados governistas, o presidente da Câmara, Artur Lira (PPAL), aceleraria a tramitação de proposições desagradáveis para o governo - as chamadas "pautas-bomba".

De acordo com lideranças da Câmara, Lira avalia que já deu tempo suficiente para Lula costurar sua base. Por isso, a partir de agora, deve pautar cada vez mais projetos contrários aos interesses do Planalto.

O desgaste da relação entre Lula e Lira tem sido comparado à disputa entre a ex-presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, que se voltou contra a petista e abriu o processo de impeachment que a tirou do Planalto.

Para evitar que essas profecias apocalípticas se realizem, alguns aliados defendem uma resposta radical: uma **reforma ministerial** com substituições em pastas hoje nas mãos de partidos que não entregam votos na Câmara. Lula, entretanto, confia no arrefecimento dos ânimos e pretende retomar a via tradicional para azeitar a relação com parlamentares: liberação de emendas e nomeações na máquina pública.

O principal alvo da ala irada do PT é o União Brasil, que detém hoje três pastas: Turismo, com Daniela Carneiro; Comunicações, com Juscelino Filho; e Desenvolvimento Regional, com Waldez Goés, que é filiado ao PDT, mas foi indicação direta do senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Auxiliares de Lula têm reclamado que os três não garantem os votos necessários no Congresso e, por isso, precisam ser substituídos, sejam por correligionários, sejam por indicações de legendas mais fiéis ao governo.

LÓGICA.

Na visão dessa ala petista, uma reforma traria oportunidade de agradar a Lira.

Mas o presidente da Câmara já avisou ao Planalto que seu grupo político não funciona na lógica dos cargos, e, sim, na do pagamento de emendas. O recado foi levado em consideração por Lula, que preferiu, neste momento, manter a configuração da Esplanada como está.

Um nome citado para desenho de mudanças é o do deputado Elmar Nascimento (União Brasil-BA), da confiança de Lira. Elmar foi cotado para assumir o Desenvolvimento Regional, mas acabou vetado pela burocracia do PT por ser inimigo da sigla na Bahia. A eventual demissão de Goés para dar cadeira a ele, contudo, poderia afetar a relação com Alcolumbre, padrinho do ministro e dono da pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado - responsável, por exemplo, pela eventual sabatina do advogado Cristiano Zanin, que deve ser indicado por Lula para uma vaga no Supremo Tribunal Federal.

Parlamentares da base governista também cobram trocas na articulação política. Nesse caso, a pressão é sobre os ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Rui Costa (Casa Civil). Ambos foram chamados ontem pela manhã, às pressas, para uma reunião com Lula.

Segundo interlocutores, o foco do governo agora nessa truncada relação com o Legislativo é aprovar a lista extensa de projetos considerados prioritários para o Ministério da Fazenda.

Entre elas estão o arcabouço fiscal no Senado, a **reforma tributária**, a de apostas esportivas e a do

Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**).

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Cesta básica vai aumentar 111% com nova alíquota, diz setor supermercadista

MARIANA CARNEIRO

Em reunião de empresários e parlamentares envolvidos com a **reforma tributária**, o presidente da Associação Brasileira dos Supermercados (Abras), João Carlos Galassi, afirmou ontem ao relator do texto, Aguinaldo Ribeiro (Progressistas-PB), que, se a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) do setor de supermercados for de 25%, como se especula para a taxação-base do novo regime tributário, os preços nas gôndolas podem aumentar.

"Haveria 111% de aumento na cesta básica. O IVA hoje do setor é de 12%, já unificando os produtos desonerados. Temos dados para mostrar que, se o setor tiver alíquota acima de 12%, haverá aumento da tributação da alimentação da população", disse Galassi.

"CASHBACK".

Boa parte da discussão na reunião de ontem, que durou cerca de duas horas, no entanto, tratou do chamado "cashback" (devolução de parte dos **impostos** pagos para a população) e da previsão de incidência de **tributos** sobre a cesta básica - hoje, esses itens são isentos.

Um dos argumentos do governo e de tributaristas é que a renúncia tributária dos itens da cesta básica beneficia não apenas consumidores pobres e, por isso, a sugestão é uma política mais focalizada de transferência de renda, o chamado "cashback".

Hoje, os itens da cesta básica são isentos de PIS/Cofins, mas o benefício alcança pobres e ricos.

CONTRÁRIO.

Galassi disse que o setor supermercadista é contra esse mecanismo que está sendo concebido na **reforma tributária** para alguns consumidores. Segundo ele, já existem dispositivos eficientes de devolução de recursos para os consumidores, como por exemplo a nota fiscal paulista. "É um sistema que vai criar injustiça social pela dificuldade de se diferenciar a população", disse Galassi sobre o "cashback".

Segundo o supermercadista, "é diferente da nota fiscal paulista, em que todos podem ter algum tipo de retorno do Estado". Ele acrescenta: "Essa história de uma parte da sociedade ter direito sobre a cesta básica e outra não ter, acho que é discriminatória." Já o relator disse que não vincula a tributação dos produtos da cesta básica ao "cashback" e sinalizou que ainda não decidiu se vai incluir em seu relatório a proposta de taxar esse tipo de produto.

Para Haddad, sistema atual é um "caos" e uma "colcha de retalhos

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o sistema tributário do País é um "caos e colcha de retalhos". Repetindo sua preocupação com decisões do Congresso e do Judiciário, afirmou que "muitas vezes" leis são aprovadas de forma confusa em razão de lobby no Legislativo, depois estendido ao campo da Justiça.

"Muitas vezes uma lei é aprovada de forma confusa propositalmente por (atuação de) lobby, que ato contínuo vai atuar no Judiciário para convencer a tese, que vai contra o interesse público", disse Haddad no 7.º Congresso do Contencioso Tributário de PGFN e FGTS.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

A fábula da reforma tributária (Artigo)

Everardo Maciel

Em nossa crônica incapacidade de entender e resolver problemas reais e dramáticos, como a pobreza e a deplorável qualidade da educação pública, precisamos sempre eleger algo que se preste como manobra diversionista.

Tributos jamais gozaram de prestígio, especialmente entre os ditos contribuintes. Por isso mesmo, responsabilizar **tributos** por mazelas sempre encontrará fácil adesão. Melhor ainda se for anunciada uma reforma com poderes mágicos, que, no entendimento dos leigos, significa dizer que vão pagar menos **tributos** e de maneira mais cômoda.

Como integram uma expressiva maioria, os leigos se tornam presas fáceis para a manipulação em favor da redução dos **tributos** dos patrocinadores de reformas. São contratados estudos e projeções, anunciadas promessas inverificáveis e proclamadas generalidades reluzentes, a que se junta tudo o mais que possa concorrer para gerar uma cortina de fumaça que disfarce os verdadeiros objetivos dos contratantes, revestida de um discurso em que abundam novidades sedutoras, embora pífias, como cashback tributário, e problemas falsos ou mal formulados, a exemplo da guerra fiscal.

É isso que se vê, hoje, no Brasil, impiedosamente castigado por violentos embates políticos, corrupção sistêmica e crescente crise institucional.

É a selva selvagem de Dante.

Em outra perspectiva, seria insensato negar que existem problemas no sistema tributário brasileiro, como de resto ocorre em todos os países. É que os sistemas tributários são intrinsecamente imperfeitos e se inscrevem em circunstâncias que sempre mudam e cada vez mais com maior velocidade.

Quase nada se faz para enfrentar a mediocridade do processo tributário e sua gestão, verdadeiros responsáveis pelo monstruoso volume de litígios e pela insegurança jurídica.

O federalismo fiscal brasileiro é uma caricatura, que explica a permanente peregrinação dos prefeitos a Brasília em busca de partilhas que desnaturam os **tributos** federais.

O burocratismo tributário, exemplificado nos cadastros fiscais múltiplos, é presença constante no cotidiano dos contribuintes.

Os **tributos**, é claro, têm problemas.

Não seria mais razoável construir, de forma transparente, consensos sobre eles, respeitando as cláusulas pétreas constitucionais, minimizando os efeitos perversos sobre os contribuintes e entes federativos, abdicando de eleger construções disruptivas e interesseiras, e, a partir daí, eleger soluções viáveis? Afinal, como se sabe, as enfermidades presentes não se resolvem com remédios futuros.

São contratados estudos e projeções, anunciadas promessas inverificáveis e proclamadas generalidades reluzentes

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Reforma tributária e futurologia (Artigo)

Roberto Rocha, ex-senador, é relator da PEC 110/19, Sérgio Rosa é especialista em políticas públicas e gestão governamental

A **reforma tributária** encabeçada pelas PECs 45/2019 e 110/2019, se aprovada, promoverá uma revolução não só no sistema tributário, como também no funcionamento da economia do país. Para melhor compreender a dimensão das mudanças, basta ver que no modelo atual há cinco **tributos**.

Três são de competência da União, os dois restantes de estados e municípios.

Com a reforma, os cinco serão substituídos por um único, cujo fato gerador abrangerá todos os eventos que hoje dão lastro à arrecadação dos entes federados.

Fato gerador é o evento que cria a obrigação, para uma empresa ou pessoa física, de pagar um tributo ou fornecer aos órgãos fiscalizadores informações. Cada tributo tem o seu próprio, distinto dos demais. No caso dos **tributos** internos sobre o consumo, o IPI tem como fato gerador a saída de produto do estabelecimento industrial. Para o PIS/Cofins é a apuração do faturamento, ao passo que o evento para o ICMS é a circulação de mercadoria e prestação de serviço. Por fim, o fato gerador do ISS é a prestação de serviço, por pessoa física ou jurídica. Dos cinco fatos geradores, dois têm natureza contábil (PIS/Cofins), dois natureza econômica (IPI e ISS) e um natureza logística (ICMS). Na reforma, os eventos distintos serão substituídos por um abrangente de natureza econômica: o valor adicionado.

Em razão da discrepância conceitual, qualquer projeção estatística, ainda que criteriosa e amparada em instrumentos científicos, elaborada para discutir eventuais perdas ou ganhos com a mudança não passa de instrumento para alimentar a guerra de planilhas, em que cada segmento tem seus números e suas projeções. Por conseguinte, quem defende a **reforma tributária** sabe que essa é uma batalha perdida na retórica, por isso evita entrar nessa bola dividida.

No Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) que será introduzido com a reforma, se um produtor ou prestador de serviços compra insumos por R$ 10 e os vende por R$ 15 para a etapa seguinte do processo produtivo, o fato gerador que cria obrigação para ele será o valor adicionado, R$ 5, independentemente do bem ou dos serviços em questão. Ao final da produção, em única ou mais de uma fase, o consumidor final pagará por toda a cadeia de **tributos**, e os produtores/prestadores se creditarão integralmente o montante desembolsado nas etapas anteriores.

A falta de equivalência entre os eventos analisados constitui, sem sombra de dúvida, a maior dificuldade enfrentada para realizar projeções seguras. Outra, igualmente intransponível, é a falta de clareza entre a fronteira do que seria, nos tempos modernos, mercadoria e serviço, fato que hoje gera enormes disputas administrativas e judiciais.

Uma terceira dificuldade, também insuperável, será o realinhamento generalizado de preço na economia que a introdução do IVA promoverá, em razão da alíquota isonômica para todos os bens e serviços, ao contrário das alíquotas múltiplas de hoje.

Na prática, quando um consumidor compra um bem, paga sobre pelo menos quatro camadas de tributo, ao passo que com o IVA haverá apenas um fato gerador e um tributo.

Em síntese, não há relação consistente entre os atuais **tributos** e o IVA capaz de permitir comparação razoável para um debate profícuo. Qualquer discussão com números que visa a comparar o atual sistema com o IVA não passa de um exercício de futurologia, em que se sabe de antemão que nenhum setor perderá, mas cada um está de olho no eventual ganho dos demais.

Roberto Rocha, ex-senador, é relator da PEC 110/19, Sérgio Rosa é especialista em políticas públicas e gestão governamental

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - ON LINE - RJ
Reforma tributária e futurologia

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Até 98% das cidades vão com reforma tributária, ganhar diz estudo

Marcelo Osakabe

A **reforma tributária** atualmente em discussão no Congresso brasileiro deve promover um crescimento da arrecadação que vai atingir entre 85% e 98% dos municípios brasileiros ao longo de 20 anos. Esta é a conclusão de um estudo recém-publicado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Por mexer na arrecadação de Estados e municípios, a proposta enfrenta forte desconfiança de prefeitos e governadores justamente pelo potencial impacto redistributivo que promete.

"Muita gente acha que a reforma serve apenas para simplificar a tributação, mas não é", diz Sérgio Gobetti, autor do estudo com Priscila Kaiser Monteiro e Rodrigo Orair-hoje na Secretaria Extraordinária de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda. "A reforma corrige distorções enormes que geram um impacto bastante negativo: diferenças enormes na capacidade de prover serviços públicos, educação, saúde. Em última análise, essas distorções criam ineficiências e prejudicam o desenvolvimento econômico", diz.

Em seus cálculos, 85% dos 5.569 municípios brasileiros, que abrigam 61% da população, seria beneficiado por uma reforma sem regra de transição, mesmo que ela não gerasse nenhum crescimento econômico-o cenário mais pessimista entre os apresentados.

Uma das críticas mais comuns da **reforma tributária** é que ela teria impacto positivo apenas par as cidades mais pobres. De fato, 99% dos municípios com **PIB** per capita abaixo de R$ 20 mil teriam ganho de arrecadação, mas este também seria o caso de 96% das cem maiores cidades grandes e pobres - grupo chamado de G-100 pela Frente Nacional dos Prefeitos. Entre as cidades com mais de 80 mil habitantes, 61% teriam ganho.

Quando se considera um cenário como o da proposta pela PEC 110, atualmente em tramitação na Câmara, que traz uma transição de 20 anos e com que gera ganhos de eficiência econômica com o fim da cumulatividade dos **impostos**, a proporção de municípios em que a arrecadação sobe chega a 88,4%.

Estes, no entanto, são considerados cenários menos prováveis pelos pesquisadores.Um terceiro, dito "conservador", em que o **PIB** anual passaria a crescer a uma taxa de 2,7%, faria com que 97,8% dos municípios, que concentram 98,5% da população, tivessem ganho de arrecadação.

Entre os 5.569 municípios, 3.815 teriam ganho acima de 15% de arrecadação. Para 1.169 cidades, a variação seria de entre 3% e 15%. Apenas 10% das cidades teriam variação negativa superior a 15%, segundo esse exercício. Em geral, cidades com arrecadação hiperinflada por abrigarem sedes de refinarias ou outros grandes empreendimentos, diz Gobetti.

No recorte por Estado, nenhum teria perda certa de arrecadação. Em cinco, o impacto seria considerado neutro e, em 20 deles, moderado (3% e15%). Cenário semelhante se observa no cenário por capitais. Nenhuma teria arrecadação perda de arrecadação. Em oito delas, o impacto seria neutro e, em 16, moderado.

Gobetti destaca que a maior parte das cidades simplesmente não tem empresas em quantidade suficiente para arrecadar e que, portanto, vai ganhar com a mudança. "Os 61 municípios mais ricos em ISS do país arrecadam R$ 1.000 por habitante só com esse imposto. Só que existem mais de 3 mil municípios que não conseguem arrecadar

R$100 porque não têm base para tributar. Não é porque o gestor é preguiçoso, incompetente ou

ineficiente, mas porque não tem empresas em seu território para taxar. No novo modelo, as cidades vão poder tributar todo o consumo em seu território."

Site: https://valor.globo.com/impresso/20230531/

Governo pode ter "extra" de R$ 54,2 bi em 2024

BRENNO CARVALHO/12-5-2023

Ajuda. Projeto de lei do arcabouço, já aprovado na Câmara e em análise no Senado, abre espaço para gastos extras

MANOEL VENTURA manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA -

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode conseguir gastar um "extra" de R$ 54,2 bilhões em 2024 por conta de duas regras inseridas no projeto do novo arcabouço fiscal, aprovado na Câmara dos Deputados e em análise no Senado.

Parte desse valor, porém, vai depender de um aumento de receitas no ano que vem. Os cálculos são da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, em nota técnica divulgada ontem.

Uma dessas regras desenhadas pelo relator do projeto, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), diz respeito ao cálculo da despesa e é atrelada a um eventual aumento de receita no ano que vem. Essa medida valerá apenas para 2024.

Pela regra geral do arcabouço fiscal, as despesas poderão crescer acima da **inflação** o equivalente a 70% da alta real da receita do ano anterior. Isso dentro de uma faixa de expansão das despesas entre 0,6% e 2,5% acima da **inflação** a cada ano.

Os cálculos dos técnicos da Câmara afirmam que isso representará uma alta real de 1,75% nas despesas no ano que vem.

Para que esse índice seja maior, como deseja o governo, em 2024 haverá um adicional à regra geral do arcabouço.

Pelo texto aprovado na Câmara, em maio do ano que vem o governo irá estimar de quanto será sua arrecadação naquele exercício. Esse valor será comparado à arrecadação de 2023. A diferença se tornará um gasto extra.

A nota técnica da Câmara calcula que esse gasto extra será de R$ 16,7 bilhões. Porém, para que isso seja concretizado, o governo terá que aumentar as suas receitas.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem buscado subir a arrecadação tributando setores que hoje são desonerados ou não pagam **impostos**, como apostas eletrônicas.

A possibilidade de ampliar os gastos com uma regra própria em 2024 tem sido criticada por economistas e chegou a ser alvo de votação separada na Câmara. O governo acabou conseguindo manter a medida, que também será discutida no Senado.

CÁLCULO DA **INFLAÇÃO**

Outro "extra" que ocorrerá no ano que vem é resultado do cálculo da **inflação** usada para corrigir as despesas.

Essa **inflação** será calculada considerando os 12 meses encerrados em junho do ano anterior ao Orçamento. Porém, haverá um bônus, considerando a **inflação** calculada entre janeiro e dezembro do ano anterior ao Orçamento.

Se a **inflação** do ano cheio for maior, essa diferença poderá ser incorporada aos gastos.

Os técnicos da Câmara estimam que a **inflação** de janeiro a dezembro de 2023 será maior do que o índice calculado entre julho de 2022 e junho de 2023 - indicador que será usado para montar o projeto de lei orçamentário do ano que vem, que será enviado ao Congresso Nacional em agosto.

Essa diferença significa um gasto extra de R$ 37,5 bilhões, de acordo com a nota da Câmara.

Esses dois "bônus" dão um gasto de R$ 54,2 bilhões a serem colocados como créditos adicionais ao longo do ano que vem. Esses recursos são extras porque não constarão no Orçamento original de 2024.

A nota técnica da Câmara afirma que essas mudanças foram necessárias para compensar o governo por medidas tomadas pela administração anterior, que reduziram a arrecadação federal.

Ou seja, o governo Lula começaria uma nova regra fiscal sendo afetado por medidas do governo Jair Bolsonaro, o que justificaria o "bônus".

Os técnicos da Câmara também chamam atenção para o desafio que será cumprir as metas fiscais nos primeiros anos do novo arcabouço.

O governo tem como meta zerar o déficit nas contas públicas em 2024 e fazer superávit de 0,5% do **PIB** em 2025 e 1% do **PIB** em 2026.

"Ou se obtém mais receitas, ou as despesas terão que ser programadas em nível inferior ao dos limites", afirma a nota. No ano que vem, a estimativa é que será necessário um crescimento real de 8% nas receitas para cumprir a meta fiscal.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Haddad leva a Lula opções de incentivo a automóveis

Lu Aiko Otta

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve levar hoje ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva um conjunto de opções para o corte do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e das contribuições PIS/Cofins sobre automóveis novos. A ideia é concluir as negociações nesta semana, embora já se admita nos bastidores do governo o risco de a decisão ficar para segunda ou terça-feira.

O próprio Haddad decidiu acelerar o processo, ciente de que o mercado ficaria paralisado, à espera das alíquotas mais baixas. O gabinete do Ministério da Fazenda tem sido informado sobre a queda nas vendas de veículos novos. A redução em relação a abril chega a 14%.

Há pressa também na pasta do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Uma fonte confirmou que há intenção de fechar as discussões antes do prazo, que é o fim da próxima semana.

O programa de corte de **impostos** foi anunciado em 25 de maio, em comemoração ao Dia da Indústria, mas sem detalhamento. Naquele dia, Haddad pediu 15 dias para fazer contas.

Duas questões estão sobre a mesa: o volume de receitas do qual o governo abrirá mão e como essa perda será compensada.

Haddad tem dito que o limite da renúncia é de R$2 bilhões. Tem afirmado também que o programa é temporário e deve durar meses. A indústria pede que o incentivo dure pelo menos um ano.

A compensação é exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ela determina que uma renúncia fiscal (corte nos **tributos**) que não está prevista no Orçamento-como é o caso-deve ter como contrapartida medidas que gerem arrecadação: elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição".

Em entrevista ao Valor publicada ontem, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse que o ministro estava montando um "leque de opções" para levar ao presidente. E que o impacto esperado pela Fazenda era o "menor possível".

Sobre esse tema, Haddad tem dialogado principalmente com os secretários da Receita, Robinson Barreirinhas, e de Política Econômica, Guilherme Mello.

O socorro à indústria automotiva, que enfrenta taxa de ociosidade de 50%, vai beneficiar veículos novos de até R$ 120 mil. O corte dos **impostos** vai variar de 1,5% a 10,96%. Será maior naqueles modelos mais baratos, menos poluentes e que utilizem maior densidade industrial.

O programa contraria pontos da estratégia de Haddad. Ele tem dito que quer cortar a conta de renúncias tributárias em um quarto. Tem defendido também uma agenda verde. O programa para a indústria automobilística privilegia o transporte individual, com veículos que podem utilizar combustíveis fósseis.

Site: https://valor.globo.com/impresso/20230531/

Câmara dos EUA aprova pacto que suspende teto da dívida

Faltando apenas cinco dias para se evitar um inédito calote da dívida soberana dos EUA, a Câmara dos Deputados aprovou na noite de ontem um projeto de lei bipartidário que suspende o teto da dívida de US$ 31,4 trilhões do governo federal por dois anos. O texto agora vai para o Senado, que tem de dar a sua aprovação para então ir à sanção do presidente Joe Biden.

Depois de semanas de muita tensão, o projeto de lei foi aprovado na Câmara c om folga, por 314 a 117. Setenta e um republicanos votaram contra o acordo. Do lado democrata, 46 deputados também rejeitaram o projeto de lei.

O resultado mostrou, por enquanto, que o presidente republicano da Câmara, Kevin McCarthy, é capaz de fechar acordos de alto ris -co com os democratas e ainda

manter o cargo. McCarthy lidera uma estreita maioria de republicanos na Câmara, de 222 a 213.

Também reforçou a reputação de Biden como um negociador capaz de alcançar um meio-termo com os republicanos.

"Este acordo é uma boa notícia para o povo americano e para a economia americana", disse Biden após a votação em nota divulgada pela Casa Branca. "Peço ao Senado que aprove o mais rápido possível para que eu possa sancioná-lo."

A secretária do Tesouro, Janet Yellen, alertou que o governo ficará sem dinheiro e não poderá pagar suas obrigações em 5 de junho se o teto da dívida não for elevado até então.

A legislação aprovada suspende - em essência, remove temporariamente - o teto da dívida do governo federal até 1o de janeiro de 2025. O cronograma permite que Biden e o Congresso deixem de lado a questão de alto risco político até depois da eleição presidencial de novembro de 2024. O acordo também prevê uma limitação em alguns gastos do governo nos próximos dois anos, acelera o processo de licenciamento de certos projetos de energia, recupera fundos não utilizados da covid-19 e expande os requisitos de trabalho para programas de ajuda alimentar -medidas que irritaram os democratas mais à esquerda.

O apartidário Escritório do Orçamento do Congresso (CBO) informou na terça-feira que a legislação resultaria em uma economia de US$ 1,5 trilhão ao longo de dez anos. Isso está abaixo dos US$ 4,8 trilhões em economia que os republicanos almejavam na legislação que aprovaram na Câmara em abril, e também abaixo dos US$ 3 trilhões em déficit que o orçamento proposto por Biden teria reduzido por meio de novos **impostos**.

No Senado, os líderes de ambos os partidos disseram que esperavam agir rápido para aprovar a legislação antes do fim de semana. Para evitar atrasos, o líder da maioria democrata no Senado, Chuck Schumer, já avisou que não permitirá a inclusão de emendas, defendidas por alguns senadores descontentes - republicanos e democratas.

"Não podemos enviar nada de volta à Câmara, pura e simplesmente. Devemos evitar um calote [dos EUA]", avisou Schumer ontem em entrevista no Congresso.

"Este acordo é uma boa notícia para o povoe a economia americana"

Joe Biden

Site: https://valor.globo.com/impresso/20230531/

Bolsa sobe 3,74% em maio; dólar avança 1,7% no mês, para R$ 5,07

Marcelo Azevedo Com Reuters

A Bolsa brasileira fechou em queda nesta quarta-feira (31) pelo terceiro pregão consecutivo, mas terminou o mês de maio com ganhos após a aprovação do arcabouço fiscal na Câmara e dados de **inflação** melhores que o esperado.

Nesta quarta-feira, o Ibovespa recuou 0,57%, a 108.335 pontos. No acumulado de maio, porém, o índice registrou alta de 3,74%, marcando o segundo mês consecutivo de ganhos.

Já o dólar teve alta de 0,63% no dia, para R$5,074,com expectativas sobre o teto da dívida americana e decisões sobre juros nos EUA e no Brasil. A moeda fechou maio com valorização de 1,70%.

A alta no mês é explicada especialmente por expectativas de diferencial de juros entre o Brasil e os Estados Unidos.

Isso porque, enquanto no Brasil há uma projeção de queda nos juros, no EUA o movimento é inverso, com o mercado passando a acreditar numa nova alta nas taxas do Fed (Federal Reserve, o banco central americano) após dados que mostram resiliência da **inflação** e do emprego no país. Com isso, a renda fixa americana torna-se mais atrativa, o que beneficia o dólar.

Site:
https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50294&anchor=6478163&maxTouch=0&_ga=2.115151104.623791784.1685329739-1980247189.1672582619&_mather=757bf67604fe4aa8

Desemprego cai a 8,5% em abril e País tem 9,1 mi sem trabalho, diz IBGE

DANIELA AMORIM CÍCERO COTRIM

A taxa de desemprego no País no trimestre terminado em abril foi de 8,5%, uma queda em relação aos 8,8% referentes aos três meses encerrados em março, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado foi o mais baixo para esse período do ano desde 2015, ficando aquém da expectativa de especialistas ouvidos pelo Estadão/Broadcast, que estimavam mediana de 8,7%.

O País ainda tem 9,095 milhões de desempregados. Em um trimestre, 605 mil pessoas perderam suas ocupações, mas apenas 101 mil delas passaram a buscar emprego. A população inativa, que nem trabalha nem procura uma vaga, cresceu em 885 mil pessoas.

Para Sergio Vale, economista- chefe da MB Associados, o desemprego abaixo do esperado indica que a atividade econômica pode se manter mais forte no segundo trimestre, o que sugere nova rodada de revisões para cima nas expectativas para o Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2023.

"As expectativas podem caminhar para um crescimento entre 1,5% e 2%. Esse ainda não é o cenário básico, mas já é mais provável do que um **PIB** abaixo de 1%, como se esperava no início do ano", diz o economista, que prevê crescimento de 1,3% para o **PIB** deste ano.

O mercado de trabalho mostrou uma redução sazonal na ocupação no trimestre até abril, mas o esperado aumento na busca por uma vaga não ocorreu, avaliou Alessandra Brito, analista da Pnad Contínua no IBGE. A desistência de buscar uma oportunidade entre as pessoas que perderam seus trabalhos não foi motivada por desalento em relação às condições de empregabilidade da economia. Segundo Alessandra, a população inativa pode ter crescido engrossada por pessoas que decidiram não querer trabalhar. "Pode ter influência de auxílios (transferências de renda do governo)", confirmou Alessandra.

O rendimento médio dos trabalhadores teve redução real de R$ 3 na comparação com o trimestre até janeiro, para R$ 2.891. Em relação a um ano antes, a renda subiu 7,5%.

CAGED. O mercado de trabalho formal (com carteira assinada) mostrou nova desaceleração em abril, com saldo positivo de 180.005 postos, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho.

Em março, o País havia criado 192.915 vagas (dado revisado).

O resultado reflete a diferença entre 1.865.279 admissões e 1.685.274 demissões.

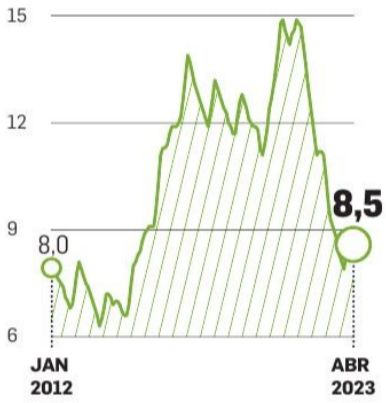
Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

DESEMPREGO NO BRASIL

Taxa no trimestre terminado em abril foi a mais baixa para o período desde 2015

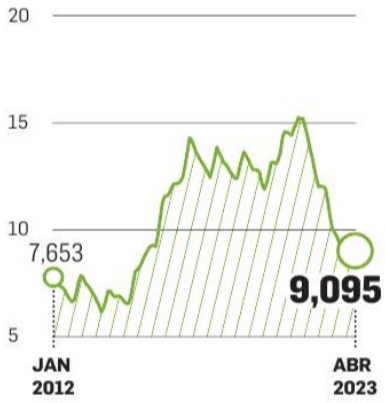
Taxa de desemprego

EM PORCENTAGEM, POR TRIMESTRE MÓVEL*



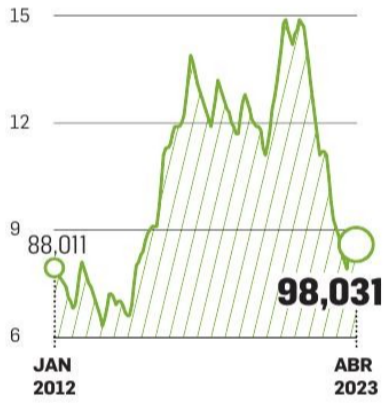
Desempregados

EM MILHÕES, POR TRIMESTRE MÓVEL*



Ocupados

EM MILHÕES, POR TRIMESTRE MÓVEL*



*EM RELAÇÃO AOS TRÊS MESES IMEDIATAMENTE ANTERIORES

FONTE: IBGE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Inflação parece ter atingido o pico, diz especialista

Para Amer Bisat, da gestora de recursos BlackRock, a **inflação** no Brasil parece ter atingido o pico e as taxas de juros continuam muito altas - ainda que avalie que o Banco Central (BC) tenha feito a coisa certa. Quanto ao início dos cortes, o especialista reforça o coro para que a autoridade monetária aja com "muito cuidado" e com os olhos voltados ao comportamento do custo de vida.

"A América Latina é a região mais avançada, com os juros mais altos, no Brasil, na Colômbia, no México, no Chile. Todos têm níveis de juros muito altos. Então, eu diria que a América Latina provavelmente será a primeira região a fazer cortes nas taxas de juros", projetou o diretor da BlackRock.

Por outro lado, as elevadas taxas de juros do Brasil parecem uma fonte "muito atraente" de recursos, desde que o governo faça as coisas certas.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

"Waiver" na regra fiscal abre R$54biem despesas

A Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados estima que o governo federal terá cerca de R$ 54,2 bilhões adicionais para gastar ano que vem com o "waiver" dado pelos deputados no âmbito do arcabouço fiscal, já que seria permitido apurar defasagens inflacionárias e da variação de receita, incorporando-as ao Orçamento excepcionalmente em 2024.

No texto final aprovado pela Câmara, os parlamentares retiraram o aumento real automático de 2,5% das despesas em 2024 após polêmicas de cálculos levantadas por analistas do mercado financeiro. Agora, a alta dos gastos ficou condicionada às estimativas do aumento de receita até o fim de 2024 e às estimativas de **inflação** até dezembro deste ano. Posteriormente, com as diferenças, haverá a abertura de crédito suplementar, permitindo que o Executivo eleve despesas.

A nova regra diz que o crescimento real das despesas será equivalente a 70% do aumento das receitas entre julho de 2022 comparado a junho de 2023. Nos cálculos dos técnicos, esse crescimento real seria de somente 1,75% no envio do Orçamento, em agosto- com a desoneração dos combustíveis no ano passado, a variação da receita será menor. Por isso, foi concedida uma licença ao governo para abrir crédito se o crescimento das receitas apurado no segundo bimestre de 2024 (abril), até o fim do ano, for maior que o verificado na época de elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

O texto também prevê um mecanismo semelhante para a correção pelo IPCA. Como o Orçamento é enviado ao Congresso em agosto, ele conterá a **inflação** acumulada e apurada de julho do ano anterior a junho do ano de tramitação do projeto. No início de 2024, quando a **inflação** completa do ano anterior for divulgada, a diferença positiva poderá ser utilizada para ampliar o limite das despesas.

Nos cálculos dos consultores Dayson Almeida, Eugênio Greggianin, Márcia Moura, Ricardo Volpe e Túlio Cambraia, quando apurar a variação da receita, seriam acrescidos R$ 16,7bilhões ao Orçamento do próximo ano. Isso porque, na estimativa dos técnicos, a estimativa da variação real da receita em 2024 seria de 3,6% - com a regra dos 70%, o crescimento real seria o teto do limite (2,5%). Assim, com o aumento de 2,5% descontando o crescimento de 1,75% apurado no envio do Orçamento, chegaria à diferença de 0,75% (R$ 16,7bilhões).

Já na apuração da defasagem do IPCA, haveria um acréscimo de R$ 37,5 bilhões, com a diferença na apuração do índice até junho deste ano (3,73%) e até dezembro deste ano (5,58%). O crédito com a defasagem no índice de **inflação** será aberto em janeiro, enquanto que o montante resultante da diferença na receita será aberto em maio.

Em entrevista exclusiva ao Valor, publicada nesta quarta, 31, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse que esse dispositivo criou um "transtorno grande" operacional para a elaboração do Orçamento do próximo ano. Assim, a peça será enviada até o fim do agosto com um corte em despesas discricionárias estimado entre R$40bilhões e R$ 60bilhões, problema que será solucionado somente nos primeiros meses do próximo ano com a abertura do crédito suplementar.

No total, segundo os cálculos dos consultores, o governo teria R$ 168,9 bilhões a mais de despesas primárias em 2024 em relação à base de 2023, ou seja, aumento de 8,3%, já considerando os créditos a serem abertos. As demais despesas primárias excluídas do teto (sem considerar créditos extraordinários) são de cerca de R$ 500 bilhões, a maior parte decorrente das transferências constitucionais por repartição de receita.

Assim, para cumprir a meta de zerar o déficit primário em 2024, os consultores estimam que o crescimento da receita líquida terá de ficar acima de 8%. "Nos primeiros anos de vigência do regime fiscal sustentável, a obtenção da meta será o principal limitador fiscal. Ou se obtém mais receitas, ou as despesas terão que ser programadas em nível inferior ao dos limites", assinalaram os consultores.

Crescimento real das despesas seria de apenas 1,75% no envio do orçamento, em agosto

Site: https://valor.globo.com/impresso/20230531/

Cenário favorável começa a frear inflação no atacado

A queda nos custos aos produtores, a reorganização das cadeias globais, a perspectiva de desaceleração da economia mundial afetando preços de commodities para baixo e a apreciação do real ante o dólar no ano têm ajudado a derrubar os preços no atacado no Brasil. Ao consumidor, porém, o repasse chega de forma bem mais gradual.

Economistas chamam a atenção para o fato de o Índice de Commodities - Brasil (IC-Br), calculado pelo Banco Central com cotações em reais, acumular queda de 13,4% em 12 meses até abril (último dado disponível). O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), da FGV, por sua vez, recua 7,5% no acumulado até maio, contribuindo para a deflação de 4,5% do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M).

No Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), prévia da **inflação** oficial do país, os bens comercializáveis, no entanto, ainda sobem 5,3% em 12 meses até maio, segundo dados da MCM Consultores. Os comercializáveis, conhecidos como "tradables", reúnem itens que sofrem competição externa, como boa parte dos produtos alimentícios e dos bens industriais.

É verdade que, em 12 meses, a **inflação** dos comercializáveis aproximou-se de 14% no IPCA-15 de maio de 2022 e vem desacelerando desde então. Mas, segundo analistas, é possível que o canal de transmissão dos preços no atacado para o varejo esteja mais obstruído do que o de preços externos aos produtores porque as empresas aproveitam a demanda ainda aquecida para recompor margens.

"Quando houve aquela desgarrada [altista] do IGP-M, o BC chegou a indicar que isso pegaria na parte de bens industrializados [no IPCA], que o choque costuma ser contemporâneo [entre os índices] e que teria diminuição de margens. É crível que, como ele [produtor] perdeu margem na pandemia, esteja tentando recom por um pouco agora", diz Leonardo Costa, economista da ASA Investments.

Ele pondera que a relação entre os preços não é de "um para um" e calcula que um choque nos IGPs leva de três a seis meses para chegar ao IPCA. "Ainda temos algumas relações que se alteraram ou perderam com o choque da pandemia. Mas leva um tempo mesmo, é preciso ter calma. O efeito da queda das commodities, por exemplo, começou a aparecer mais nos combustíveis, e alimentação também está com uma **inflação** baixa."

Dentro do próprio IPA, pensando por estágios de produção (matérias-primas brutas, bens intermediários e finais), no entanto, os modelos do Bradesco indicam que os preços de bens finais deveriam desacelerar mais intensamente e esse viés baixista também deveria ser repassado ao consumidor.

"Considerando nosso cenário de crescimento econômico e assumindo que as commodities em reais fiquem estáveis no patamar atual, o IPCA de bens duráveis poderia ser mais baixo do que consideramos em nosso cenário", dizem os economistas Marcelo Gazzano e Ana Beatriz dos Santos.

Olhando para o IPA-DI - o conceito de Disponibilidade Interna refere-se à variação de preços que afetam atividades relativas à produção nacional e às importações -, eles observam que as matérias-primas e os bens intermediários acumulam, nos 12 meses até abril, quedas de 9,9% e 5,7%, pela ordem. Os bens finais, no entanto, sobem 1,2%. "A diferença atual entre essas séries é uma das maiores desde 2001, atrás apenas da verificada no fim de 2016 e na transição entre 2009 e 2010", afirmam.

Para que o índice de preços ao consumidor recue de maneira mais intensa, dizem, é preciso que o IPA de bens finais siga desacelerando. Isso porque o IPCA responde mais intensamente a choques nos preços aos produtores de bens finais do que de intermediários.

Os modelos do Bradesco tiveram boa capacidade de prever o comportamento do IPA intermediários neste ano, mas o IPA bens finais ficou cerca de 0,40 p.p. acima do esperado, segundo os economistas. Como os cálculos já levam em consideração o comportamento da demanda, eles dizem que houve algo, além do crescimento econômico, que limitou a maior desaceleração dos bens finais.

Para Gazzano e Santos, uma explicação está na aceleração dos preços de etanol e de automóveis. Diante disso, o anúncio da redução de **impostos** para veículos poderia reduzir em 0,20 p.p. a projeção do

Bradesco para o IPCA total.

Essa proposta, a forte queda do IGP-M e um IPCA-15 de maio, no geral, mais favorável levou a LCA Consultores a rever sua projeção da alta dos bens industriais no IPCA de 4,3%para3,3%. Além disso, a apreciação cambial no ano contribui para preços de aparelhos

eletroeletrônicos, higiene pessoal e vestuário, que se beneficia ainda da cotação do algodão em queda.

"Preços globais e no atacado são mais voláteis do que ao consumidor. O que está acontecendo no atacado mexe com o varejo", afirma Fábio Romão, economista da consultoria, acrescentando que métricas em 12 meses estão "contaminadas"por pressões de 2022.

Além disso, diz, outros itens "poluem" a **inflação** geral, como preços administrados e serviços. "Acaba atrapalhando essa percepção", afirma.

"O que está acontecendo no atacado mexe com o varejo"

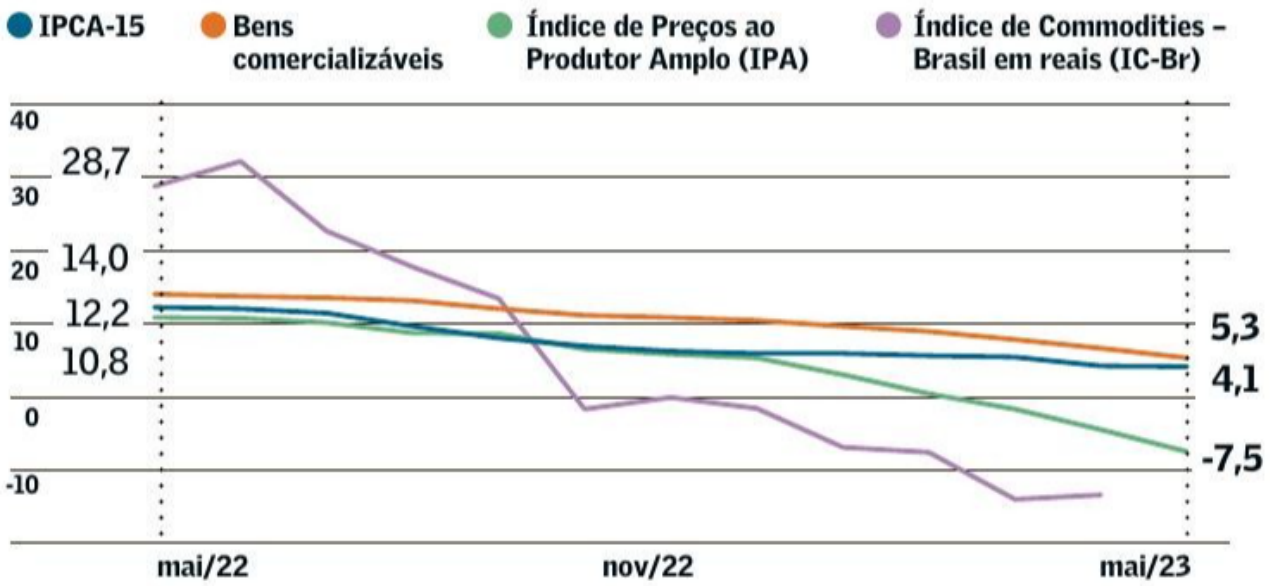
Fábio Romão

Site: https://valor.globo.com/impresso/20230531/

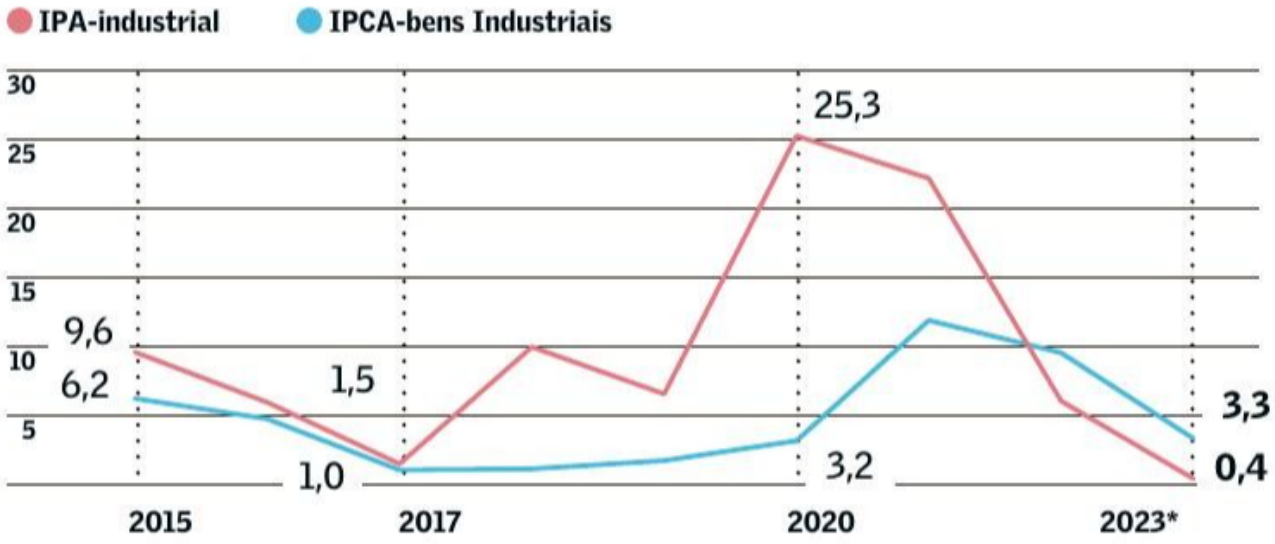
Repasse gradual

Preços em queda ao produtor demoram mais para chegar ao consumidor

Variação acumulada em 12 meses - em %



Variação anual de preços industriais - em %



Fontes: MCM Consultores, LCA Consultores e Banco Central. *projeções LCA

Dívida pública volta a subir, sob efeito de juros mais altos

Larissa Garcia e Alex Ribeiro

Mesmo com resultado primário positivo, a dívida bruta brasileira, principal indicador de saúde fiscal do país, voltou a subir em proporção do Produto Interno Bruto (**PIB**) em abril, segundo dados divulgados pelo Banco Central (BC), após dois meses em queda. O percentual fechou o mês em 73,2%, alta de 0,1 ponto percentual em relação a março.

O crescimento, de acordo com a autoridade monetária, se deu principalmente por apropriação de juros nominais, montante pago pelo governo para custear a dívida, que contribuiu para aumentar o montante em 0,6 ponto. Por outro lado, o crescimento do **PIB** segurou o aumento do nível de endividamento, puxando 0,4 ponto para baixo.O endividamento soma R$ 7,5 trilhões.

"Neste mês as emissões líquidas foram relativamente pequenas, não foram elas que explicaram o aumento da dívida bruta. A apropriação dos juros nominais foi mais relevante no mês de abril", disse o chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha.

A pandemia levou o governo a gastar mais em medidas de enfrentamento e fez com que a dívida bruta atingisse o pico de 87,6% do **PIB** em outubro de 2020, maior percentual da série histórica. Depois, com a reabertura da economia, **inflação** em crescimento e redução de despesas emergenciais, a proporção entrou em queda.

Com o ciclo de aperto, que levou a taxa básica de juros (Selic) a 13,75% ao ano, o governo passou a pagar mais caro para financiar sua dívida. Em abril, esses gastos líquidos, que descontam também o que foi recebido em função de ativos, somaram R$ 45,8 bilhões. "Houve uma redução na comparação com abril de 2022 e com o mês anterior. Em relação a março de 2023, a redução de R$ 19,6 bilhões. A variação de swaps cambiais explicou apenas R$ 2,5 bilhões dessa diferença", ressaltou Rocha.

"Entre as razões adicionais para a queda, a mais importante foi que abril teve 18 dias úteis e março, 23. Isso fez a diferença e explica a redução. Os principais indexadores são Selic e IPCA, Selic permaneceu estável na passagem de março para abril e IPCA teve ligeira redução, mas sem a diferença de dias úteis deveria ter ficado estável", complementou. Em 12 meses, a despesa com juros totalizou R$ 659,5 bilhões, ou 6,47% do **PIB**.

A dívida líquida, que desconta os ativos do governo, ficou estável em abril, em 57,7% do **PIB**, ou R$ 5,8 trilhões. A variação mensal pode ser explicada por impactos dos juros nominais apropriados, que contribuiu com aumento de 0,4 ponto percentual, e da valorização cambial de 1,6%no mês, alta de 0,2 ponto. Por outro lado, o superávit primário reduziu o nível em 0,2 ponto e o efeito do da variação do **PIB** nominal em 0,3 ponto. Como o Brasil é credor em moeda estrangeira, a queda do dólar tem efeito de aumentar a dívida líquida, por causa das reservas internacionais.

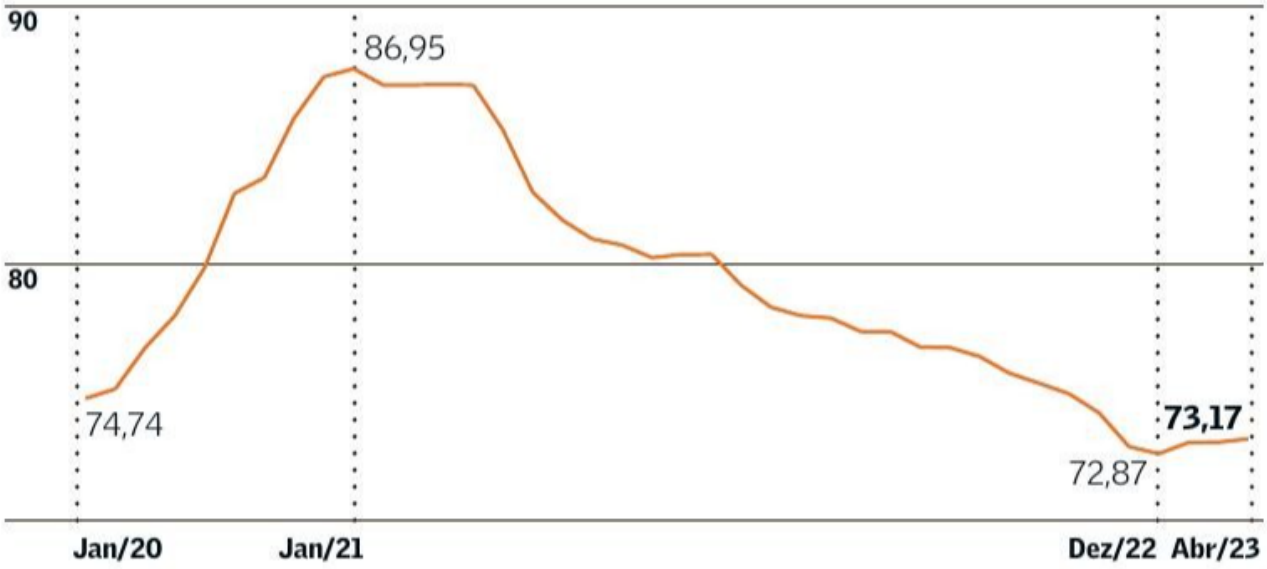
Pela metodologia do BC, o setor público consolidado, que inclui governo central, Estados, municípios e estatais, teve superávit primário de R$ 20,2 bilhões em abril e de R$ 56,2 bilhões no acumulado em 12 meses. "O resultado primário permaneceu superavitário, mas houve redução no mês", disse Rocha. "No acumulado de 12 meses, desde agosto do ano passado temos superávits decrescentes. O pico mais recente foi em julho de 2022, de 2,44% do **PIB**. Nessa base de comparação, o dado de abril é o menor desde novembro de 2021, quando teve superávit de R$ 12,8 bilhões, 0,14% do **PIB**", completou.

"No acumulado de 12 meses, desde agosto do ano passado temos superávits decrescentes" Fernando Rocha

Site: https://valor.globo.com/impresso/20230531/

Dívida bruta

Endividamento voltou a subir após trajetória de queda - em % do PIB



Fonte: Banco Central

Fiasco do limite da dívida não acabou (Artigo)

Kenneth Rogoff

0 acordo provisório que acabou de ser fechado para aumentar o teto da dívida dos Estados Unidos não fará o problema desaparecer. Os impasses partidários sobre o limite da dívida federal tornaram-se uma característica previsível da vida política americana. E embora alguns culpem uma regra mal idealizada, esse argumento não vai ao cerne da questão.

A verdadeira fonte do problema é que os políticos, hoje, têm pouca motivação para se comprometer. Num contexto de distritos eleitorais manipulados e redes sociais e meios de comunicação tradicionais divididos ideologicamente (amplificados por bots, algoritmos e incentivos econômicos), a instabilidade só piorará num futuro previsível. Isso pode significar paralisações mais frequentes no governo ou mais restrições à independência do banco central. Com o ex-presidente dos EUA, Donald Trump, muito interessado em regressar à Casa Branca após as eleições de 2024, quem sabe o que mais virá por aí.

A ideia de que atingir o limite de endividamento forçará os EUA ao incumprimento imediato do pagamento das suas obrigações é um boato. O governo arrecada dinheiro mais do que suficiente dos **impostos** para pagar os juros da dívida e o limite de endividamento não cria obstáculos para o refinanciamento da dívida consolidada que vai vencendo.

É claro que o governo estaria impedido de gastar acima de suas receitas, porque não haveria forma de fazê-lo sem emitir novas dívidas. Sendo assim, o Tesouro seria empurrado para escolhas difíceis. Como ninguém quer tocar na Segurança Social ou no Medicare, seria necessário adiar ou reduzir os pagamentos noutros pontos, possivelmente conduzindo a uma paralisação parcial do governo (o que não seria a primeira vez).

Nada forçaria o Tesouro dos EUA a deixar de honrar a dívida do país e a lançar o sistema financeiro global no caos. Isso só poderia acontecer se o impasse durasse demasiado tempo (meses?) e isso fizesse com que as pressões políticas simplesmente explodissem.

É o que normalmente acontece em mercados emergentes endividados, onde o incumprimento total costuma acontecer muito antes de a capacidade de pagamento ser realmente a restrição. Ao contrário dos mercados emergentes, é claro, onde as dívidas são muitas vezes denominadas em moeda estrangeira e a capacidade do Estado de tributar é estritamente limitada, os EUA podem emitir mais dívidas por um toque de magia, embora gastar muito e muito depressa possa alimentar a **inflação**.

Algumas das ideias que foram propagandeadas para contornar o limite de endividamento são tentativas muito arriscadas de tomada de poder que podem sair pela culatra. Por exemplo, invocar a Décima Quarta Emenda corre o risco de ser rejeitado pelo Supremo Tribunal. E, muito antes de isso poder acontecer, os republicanos do Congresso poderiam recusar-se a aprovar projetos de lei relativos a despesas básicas necessárias para manter o governo em funcionamento. Cunhar uma moeda de US$ 1 trilhão e depositá-la na Reserva Federal para contornar o Congresso colocaria o banco central numa posição insustentável.

O debate nunca foi sobre a dívida; é sobre poder. Se os republicanos chegarem ao poder em 2024 e acabarem por controlar a Câmara, o Senado e a Presidência, não há dúvida de que vão querer aprovar uma grande redução de **impostos**, aumentando a trajetória da dívida. Se os democratas recuperarem a Câmara e mantiverem a Presidência e o Senado, não há dúvida de que irão querer utilizar o financiamento da dívida para alargar a presença do Estado.

Os conservadores pensam que os déficits causados pelas reduções de **impostos** não são importantes porque incentivam o trabalho e o empreendedorismo, gerando assim um crescimento suficiente para pagar a dívida mais tarde. Os economistas de esquerda

argumentam que, mesmo sem esses efeitos de incentivo, é provável que o crescimento ultrapasse os pagamentos de juros na maior parte do tempo, pelo que o peso da dívida nunca se torna algo significativo com que nos devamos preocupar.

A ideia de ambos os lados de que a dívida é sempre gratuita, desde que seja utilizada da forma "correta", é de uma ingenuidade estonteante. As taxas de juro reais (ajustadas à **inflação**) caíram drasticamente após a crise financeira de 2008-2009, mantiveram-se baixas ao longo da década seguinte e voltaram a cair drasticamente durante a pandemia. Mas hoje as medidas prospetivas das taxas de juro reais, como as obrigações do Estado indexadas à **inflação** a dez anos, são muito mais elevadas nas economias avançadas do que eram durante os anos da pandemia. Além disso, o mundo tornou-se mais instável e é extremamente provável que muitos países ocidentais tenham de aumentar os gastos com a defesa, colocando mais tensões nos orçamentos.

Segundo o que ouvimos por parte dos comentaristas assumidamente democratas, os republicanos são 100% culpados pelo recente impasse. Isso é verdade. Também é verdade que o presidente Joe Biden fez uma campanha centrista e, depois, aproveitou dois anos com maiorias legislativas muito reduzidas para aprovar mudanças geracionais na política que prometem afetar o país durante anos. Os republicanos querem rever algumas dessas mudanças.

Os democratas contestam e dizem que os republicanos estão a tentar impedir o governo de contrair empréstimos para cobrir despesas que o Congresso já aprovou. Isso é um disparate; o governo pode sempre rever os seus planos de despesa a longo prazo. Mas um governo eficaz deve ser capaz de encontrar formas de chegar a acordos referentes à despesa a longo prazo que não estejam sujeitos a uma reavaliação constante.

Não é o caso do último acordo de última hora para aumentar o limite de endividamento dos EUA. Pelo contrário, com o país a caminho de uma desforra entre Biden e Trump no próximo ano - uma disputa que Trump poderá ganhar - qualquer trégua será provavelmente de curta duração.

A ideia de democratas e republicanos de que a dívida é sempre gratuita, desde que utilizada de forma "correta"éde uma ingenuidade estonteante. Taxas de juros reais prospectivas são hoje muito mais altas que durante os anos de pandemia

Site: https://valor.globo.com/impresso/20230531/